

## APRENDENDO A SER NEGRO (A): REPRESENTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO/INSTRUÇÃO E PEDAGOGIAS CULTURAIS NO JORNAL *O EXEMPLO* (1892-1910)

Cristina Camaratta Lins Bahia<sup>1</sup>

Maria Angélica Zubaran<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste trabalho investigamos as representações mais recorrentes sobre educação/instrução e mapeamos as pedagogias culturais produzidas e disseminadas no periódico de Imprensa Negra *O Exemplo*, que circulou na cidade de Porto Alegre/RS entre os anos de 1892-1930. Analisamos, discutimos e problematizamos como a educação, a instrução e as pedagogias culturais se constituíram na perspectiva dos jornalistas negros que atuaram no jornal *O Exemplo*, bem como seus possíveis sentidos e significados. O texto foi construído sob a perspectiva dos Estudos Culturais, portanto a análise parte de um conceito amplo de pedagogia, que inclui para além das iniciativas formais, as pedagogias culturais produzidas e disseminadas neste jornal, articulando o tema com o estudo das questões étnico-raciais e a educação de negros (as) no Brasil.

**Palavras-chave:** Cultura afro-brasileira. Educação. Imprensa negra. Pedagogia cultural.

### 1 INTRODUÇÃO

Vale registrar, que a historiografia e a literatura rio-grandenses durante um longo período, silenciaram sobre a cultura e a história afro-brasileira e as práticas culturais de afrodescendentes. Neste sentido, a pesquisa em um jornal elaborado por intelectuais negros para a comunidade negra, contribuirá para o entendimento das memórias e histórias da comunidade negra de Porto Alegre do final do século XIX e primeira década do século XX.

As questões discutidas neste trabalho demonstram a multiplicidade de pedagogias culturais

---

<sup>1</sup>Mestranda em Educação no PPGDEU da Universidade Luterana do Brasil – Canoas/RS. E-mail: [crisbahia@yahoo.com.br](mailto:crisbahia@yahoo.com.br).

<sup>2</sup>Professora orientadora no PPGDEU da Universidade Luterana do Brasil – Canoas/RS. E-mail: [angeliczubaran@yahoo.com.br](mailto:angeliczubaran@yahoo.com.br).

disseminadas em um artefato da cultura negra e que são múltiplas as formas de ensinar para além do âmbito da escola. E, ainda, por ser um texto produzido sob a perspectiva dos Estudos Culturais, nos permite entrar em contato com múltiplas formas de ensinar e aprender sobre como ser negro (a) na cultura, contribuindo para uma noção ampliada de pedagogia, explorando espaços pedagógicos diversos e não formais de educação.

Por outro lado, como afirma Stuart Hall, este trabalho pode mostrar que a cultura popular negra é um campo de conflitos e negociações, um espaço onde os negros (as) disputam a produção de significados alternativos aos da cultura hegemônica branca e onde podem demonstrar o protagonismo negro.

Portanto, parto do seguinte questionamento: Que significados a classe média negra letrada, que escrevia no jornal *O Exemplo*, atribuiu à educação e à instrução nas matérias e colunas produzidas naquele periódico da imprensa negra?

José Antônio dos Santos (2011) sublinha que para os negros “a instrução era entendida como a capacidade de saber ler, contar e escrever e tinha também a acepção de aprimoramento técnico necessário para ocupar o mercado de trabalho” (p. 124). Neste sentido, Santos argumenta:

Aos negros, a instrução significava a possibilidade de superar as condições de trabalhador braçal que remetia à escravidão, também se abria a perspectiva de ocupar uma posição social como “homem letrado”, que era um lugar social representado na imprensa negra como intangível ao preconceito. A instrução mostrava-se como um passaporte para a mobilidade social e para o conhecimento dos direitos civis, descrita muitas vezes como uma das estratégias políticas disponíveis aos negros (SANTOS, 2011, p. 124).

Petrônio Domingues (2013, p. 279) salienta que a imprensa negra atribuiu diferentes significados para a educação e para a instrução. De acordo com o autor, o conceito de educação articulado pelo movimento negro, particularmente pela Frente Negra Brasileira, entre 1931 e 1937, era mais amplo e referia-se tanto a escolarização, quanto a formação cultural e moral do indivíduo. Já a palavra “instrução” tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização.

A análise que desenvolvo a seguir, das narrativas sobre educação e instrução no jornal *O Exemplo*, está organizada em ordem cronológica e segue o eixo analítico sobre os discursos e representações implicados na construção de noções de educação e instrução.

A organização cronológica nos ajuda a perceber mudanças que acontecem na construção dos significados sobre educação/instrução e também na produção de pedagogias culturais, não como evolução e progresso permanentes, mas como interrupções, que permitem observar as diferentes formas de educar e instruir.

Parto do princípio que a imprensa, particularmente o jornal *O Exemplo*, participou da disputa pelos sentidos atribuídos à educação e à instrução no final do século XIX e início do século XX, pautando fortemente este debate no espaço público da sociedade rio-grandense. Neste sentido, considero as matérias do jornal *O Exemplo*, como educativas e pedagógicas de diversos modos, uma vez que, por meio de diferentes estratégias, elas pretenderam formar os diferentes sujeitos da comunidade negra porto-alegrense.

Como já referimos, o jornal *O Exemplo* foi uma publicação escrita por negros e dedicada aos negros, produzido em Porto Alegre, a partir do final do século XIX e que se estendeu até 1930. A partir dessas considerações apresento algumas qualificações sobre a imprensa negra e, em particular, sobre o jornal *O Exemplo*.

Primeiro, na perspectiva dos Estudos Culturais, entendo o jornal *O Exemplo* como um artefato cultural, atravessado por discursos sustentados por relações de poder, cujas representações são instituidoras de significados, que interpelam os sujeitos e que também os ensinam, contribuindo na construção de subjetividades e identidades negras. Ainda, dentro desta perspectiva teórica, destaco que entendo a construção das identidades negras não como “naturais”, como identidades com as quais nascemos, mas como formadas no interior de sistemas de representação e em processo contínuo de transformação, daí a problematização desta pesquisa: Como se aprende a ser negro (a) no jornal *O Exemplo*? A perspectiva dos Estudos Culturais permite ainda, ampliar a noção de pedagogia, marcando como educativas e pedagógicas, instâncias extraescolares e que neste caso, dizem respeito à mídia impressa.

Uma segunda qualificação, conforme argumenta Lilia Moritz Schwarcz (1987), diz respeito ao fato do jornal, como artefato cultural, constituir-se em um espaço socialmente reconhecido de criação de “verdades”. Neste sentido, o jornal é eficaz porque “trabalha com e cria consensos”, repetindo e reiterando ideias e imagens que acabam por se transformar em pressupostos de uma

época. O jornal ao mesmo tempo, lida com significados socialmente estabelecidos, que poderão ou não ser incorporados com novos significados. Neste sentido, o que se pretende acessar através do texto jornalístico não são fatos e conflitos “tal como realmente aconteceram”, mas na perspectiva dos Estudos Culturais, acessar os discursos e as representações ali construídas sobre os fatos da época, tão legítimas quanto quaisquer outras.

Terceiro, de acordo com Jonh D. H. Downing (2004), considero que o jornal *O Exemplo* faz parte “da vasta gama de atividades que compõem a mídia radical nas culturas modernas”, pois seu modelo de organização enquadra-se na tradição da autogestão, ou seja, não estava nas mãos nem de partidos, nem de sindicatos, nem de um proprietário, mas do próprio jornal, que inicialmente se apresentou como sendo propriedade de uma associação, que incluía antigos membros da Irmandade do Rosário, além de outros profissionais liberais e funcionários públicos. De acordo com as características da mídia radical, era também um jornal de pequena escala e uma mídia de minoria étnica que, conforme Downing, “ocupa uma posição central na mídia radical e de comunicação de resistência” (p. 127). Além disso, como uma mídia de minoria étnica, apresentava um conteúdo assertivo de denúncia de preconceitos raciais e de abusos racistas e de promoção de direitos e da autoestima dos afro-brasileiros. Neste sentido, analiso a seguir os discursos/narrativas<sup>3</sup> denunciastas, que são característicos da mídia radical.

## **2 DISCURSOS DENUNCIAS: “AS ARMAS DA INTELIGÊNCIA”**

### **CONTRA O PRECONCEITO RACIAL**

O discurso/narrativa denunciasta construído no jornal *O Exemplo* articula-se às denúncias de “preconceito racial na instrução”. No que segue, pretendo analisar como essas denúncias foram construídas e mapear quais foram suas representações mais recorrentes sobre instrução.

O excerto a seguir, publicado no primeiro exemplar do jornal, anunciava aos leitores que *O Exemplo* estava comprometido com “o aperfeiçoamento” dos conhecimentos da “classe”, e que seria um espaço privilegiado para produção de denúncias contra preconceitos e discriminações raciais:

---

<sup>3</sup> Quando emprego os conceitos de discurso e narrativas eles têm sentido similar, significando instâncias instituidoras de representações, de significados que vigoram e têm efeitos de verdade.

O nosso programa é simples e podemos exarar-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos mediocres conhecimentos. Do mesmo modo, em diversos momentos, o impresso serviria como espaço para a denúncia e o combate ao cotidiano de discriminações raciais. (O EXEMPLO, 1892, a. I, n. 1, p. 1).

As denúncias sobre preconceito na instrução referiam-se principalmente à instrução de crianças negras nas escolas públicas e começaram a ser noticiadas no jornal *O Exemplo* na edição de 08/Jan/1893. Em coluna intitulada “A quem toca”, o redator anônimo denunciava a recusa de escolas públicas em admitir crianças negras e os maus tratos por elas sofridos, que considerava “um atentado a nossa civilização” e um desprezo pelo “cumprimento da lei”:

[...] Acaba de vir ao nosso conhecimento que algumas escolas públicas da capital recusam abertamente admitir ao ensino crianças *de cor*, outras que, limitando o número destas, mesmo assim maltratam-nas, a ponto de seus pais, em justa indignação, retirarem-nas das aulas. E aí ficam essas crianças atiradas à sociedade de uma ignorância crassa e prejudicial! Mas isso, além ser um atentado a boa marcha de nossa civilização, é o desprezo por inteiro dos ditames que a lei encerra. (O EXEMPLO, 08 jan. 1893, p. 1).

O redator parece ter se apropriado do “discurso da civilidade” que circulava nos mais variados artefatos culturais e que ganhou força no Brasil do século XIX, como justificativa nas suas denúncias de preconceito racial nas escolas públicas. Conforme argumenta Jacques Revel (2009), o discurso da civilidade significou um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos, que se intensificou no Brasil a partir do século XIX. O autor afirma que durante toda a era moderna, o discurso da civilidade, através das formas educativas, da gestão das almas e dos corpos, conduziu a uma reorganização das formas da experiência social dos indivíduos e grupos, começando pela família. Assim, em nome da civilidade, prescreviam-se os comportamentos lícitos e proscreviam-se os que eram considerados irregulares ou maus. (p. 173).

O redator do jornal argumentava ainda, que os brancos tinham acesso privilegiado à instrução enquanto os negros eram valorizados apenas como soldados<sup>4</sup> e referia que “uma parte social possuía de uma estulta soberba contra os homens de cor” tinha acesso à instrução e se

---

<sup>4</sup> Em primeiro lugar vale destacar que o Rio Grande do Sul se notabilizou ao largo de sua história, por ser o “sentinela da fronteira”, sempre lembrado pelo governo central nos momentos de conflito com as regiões do Prata em que os soldados negros constituíam a maioria, geralmente recrutados de forma compulsória e /ou coercitiva. Em segundo lugar, vale lembrar que entre os anos de 1893 a 1895 travava-se no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista, um conflito de cunho político, em que novamente os negros foram recrutados como soldados. (melhorar esta nota).

julgava superior, enquanto que os negros eram somente convocados na defesa da nação, como “heróis da pátria”. (O EXEMPLO, 08 jan. 1893, p. 1).

Fernando Azevedo (apud Maria Lucia Aranha, 1989, p. 198) afirma que no Império a educação popular era quase ausente e que se estabeleceu uma enorme desigualdade entre a cultura da classe dirigente e a da classe dirigida.

Neste contexto, o redator do jornal denunciava os “tolos preconceitos” e aludia a um tempo em que haveria um lugar mais digno para os negros: “cedo virá o dia em que, completamente esmagados vossos tolos preconceitos e ridículos sofismas, assumiremos lugar mais digno entre as sociedades cultas. Esperem e verão” (O EXEMPLO, 08 jan. 1893, p. 1).

Também Espiridião Calisto, um dos fundadores do jornal, denunciava na coluna “Por um vexame”, o preconceito “oficialmente instituído, tendo por base a cor”, que segundo ele, afrontava a autoestima dos negros e “danificava seus direitos”. Para Calisto eram as “armas da inteligência” que deveriam combater o preconceito de cor. Neste sentido, vale destacar que, conforme afirma Paulo Vinícius Baptista da Silva (2008), a noção de “cor” no Brasil “passou a ser utilizada como tropo para raça” e constituía “uma das formas de classificação das pessoas” (p. 66). Tal contexto nos permite melhor entender a denúncia de Calisto no excerto que segue, da coluna “Por um vexame”:

Assim como o privilegio é a pea de todos os princípios liberais, o preconceito de raças tem sido até hoje a mangra que danifica os nossos direitos. **A cor é, as mais das vezes, a razão única dada à violência feita a nossa liberdade individual**, a afronta atirada ao nosso amor próprio; portanto, **devemos assentar armas da inteligência** contra o preconceito que justifica a nossa presença uniforme nos arraiais do jornalismo, o qual é o cancro da nossa autonomia moral, o preconceito de raça oficialmente instituído, tendo por base a cor (O EXEMPLO, 12 mar. 1893, p. 1).

A partir destas considerações, Calisto conclamava os leitores para “protesta (rem) contra a falta de justiça na aplicação da lei”, pela “equidade na distribuição do ensino público” e contra a “falta de garantia à nossa liberdade pessoal”, (...) “por ser (mos) cidadãos”.

José Murilo de Carvalho (2009) argumenta que, do ponto de vista da cidadania, no período entre o Império<sup>5</sup> e a República, a escravidão foi o fator mais negativo, uma vez que excluía os

<sup>5</sup> Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade



negros deste processo e comprometia os chamados “homens bons”, os senhores, para quem faltava o “sentido da cidadania” e a “noção de igualdade de todos perante a lei” (p. 21). Neste contexto, pode-se melhor compreender a denúncia da falta de justiça e cidadania para os negros, referidas por Calisto. Ele denunciava também às políticas de branqueamento, ao relatar que “conforme a alvura da pele, assim [era] considerado o indivíduo pelas autoridades e seus agentes”.

Paulo Vinícius Batista da Silva (2008) argumenta que a teoria do branqueamento foi a “solução brasileira” para manter a hierarquia e manter os negros inferiorizados após a abolição. Segundo o autor, no Brasil a doutrina do branqueamento teria invertido o racismo científico, pregando que a miscigenação<sup>6</sup> com o branco, “abrandaria” os aspectos negativos atribuídos aos negros (as). De acordo com Silva, o branqueamento “influenciou para um alto grau de importância da cor da pele na hierarquização das pessoas, que no Brasil foi tomada como uma das marcas corpóreas de raça” (p. 68).

Também Zubaran e Silva (2012) afirmam que no Brasil do início do século XX “a branquidade estabeleceu-se como norma e padrão de comportamento, com efeitos perversos sobre a cultura e as identidades negras que continuaram sendo desvalorizadas e estigmatizadas. Os negros só teriam chance de reconhecimento e ascensão social, caso se assimilassem à cultura branca”. (p. 133).

Por outro lado, Calisto também denunciava os abusos cometidos pela polícia<sup>7</sup> contra aos negros. Segundo ele, “prende-se os negros por qualquer motivo, principalmente se estiverem transitando à noite, enquanto os brancos transitam livremente” e finalizava com um conselho:

[...] Com quanto à lei de 13 de maio seja um facto consumado, só me resta aconselhar aos meus iguais, que é prudente não saírem depois do toque de recolher, isto enquanto não for violado o lar e de lá arrebatados dos braços das esposas, irmãos ou filhos. A resignação por fraqueza não envilece (Esperidião Calisto) (O EXEMPLO, 12 mar. 1893, p. 1).

---

territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado Absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. (CARVALHO, 2009, p. 17-18).

<sup>6</sup> Segundo Carvalho (2009), “a miscigenação se deveu à natureza da colonização portuguesa: comercial e masculina. Portugal, à época da conquista, tinha cerca de 1 milhão de habitantes, insuficientes para colonizar o vasto império que conquistara, sobretudo as partes menos habitadas, como o Brasil. Não havia mulheres para acompanhar os homens. Miscigenar era uma necessidade individual e política”. (p. 20).

<sup>7</sup> De acordo com Claudia Mauch (2004), “o clima de instabilidade política e conseqüente desorganização administrativa que envolvia o Rio Grande do Sul desde a instalação da República foi provavelmente o responsável pela tardia organização do serviço policial em Porto Alegre”. (p. 142).

Cláudia Mauch (2004), em pesquisa sobre “Ordem Pública e Moralidade” em Porto Alegre, quando analisa a guarda municipal, mostra que as críticas aos abusos policiais ocorriam também em outros jornais de Porto Alegre do mesmo período, particularmente na *Gazetinha* e *Gazeta da Tarde*, que segundo a autora, acusavam os guardas municipais “de selvageria e utilização de violência contra cidadãos inocentes e de discriminação racial”. (p. 151).

Os “exemplos de boa conduta” e “os princípios da moral” eram também matéria de outra coluna, intitulada “Aconselhamento”, em que o redator conclamava os pais a “cumprir com seu dever paterno” e mandar seus filhos para escola para “elevação da classe”. Neste sentido, observa-se que esse discurso saneador-moralizador também esteve presente no jornal, como justificativa para o combate aos preconceitos. Nesta direção, Mauch (2004) mostrou que também os jornais porto-alegrenses a *Gazeta da Tarde* e a *Gazetinha*, se engajaram em campanhas de “saneamento moral” da capital. A autora argumenta ainda, que “o ímpeto saneador-moralizador de órgãos da imprensa porto-alegrense não deve ser encarado como algo isolado ou exótico”, mas considerado a partir de uma série de propostas de encaminhamento racional de problemas sociais desenvolvidas no século XIX, que se baseavam na criminologia, medicina, biologia e higiene. (p. 84).

No caso do redator do jornal *O Exemplo*, observa-se que as máximas do discurso médico-higienista visavam o ordenamento da família. Conforme Jurandir Freire Costa (1999), “a família projetada pelos higienistas, deixar-se-ia manipular, acreditando-se respeitada, e autorregular-se-ia, tornando cada um dos seus membros um agente da saúde e de uma nova moral a serviço do Estado”. (p. 63). Neste contexto, pode-se melhor compreender a narrativa que segue do redator de *O Exemplo*:

O nosso meio tem-nos mostrado que para sermos benquistos e considerados, necessitamos de dar exemplos de boa conduta e vêm, portanto, em boa hora que os de nosso grêmio lancem a atenção para estas linhas, pautando seus atos pelos são princípios da moral. É uma verdade que a maioria dos nossos é completamente ignorante, mas ainda é tempo de reparar o mal, dedicando-se todos ao cultivo da inteligência e dos bons sentimentos. E si os pais não quiserem dar-se ao trabalho de já, em adiantada idade, ir estudar o a b c, prestem ao menos um serviço à sua pátria e cumpram um dever que lhes é imposto pela condição paterna, mandando os filhos para à escola, afim de receberem aí a luz e o conhecimento da verdade. [...] O que deixamos dito, além de ser um bom conselho, é uma necessidade palpante, que dará, como resultado, a elevação de nossa classe (sem autoria) (*O EXEMPLO*, 02 abr. 1893, p. 1).



De acordo com Costa (1999, p. 52-53) o Estado moderno buscou controlar as famílias e disciplinar os cuidados físicos com os filhos, criando assim intervenções normativas e reorganizando as famílias em torno da conservação e educação das crianças. Segundo o autor estas intervenções junto às famílias pobres permitiriam a formação de uma mão de obra dócil para o mercado de trabalho emergente.

Estas diferentes visões sobre como combater os preconceitos na instrução, manifestadas pelos redatores do jornal *O Exemplo*, voltaram a ser discutidas em um intenso debate ocorrido entre os articulistas Miguel Cardoso<sup>8</sup> e Espiridião Calisto<sup>9</sup>, entre os meses de junho e agosto de 1893. Este debate teve início com o articulista Miguel Cardoso, na coluna denominada “Atualidade (I)”, que destacava o papel da “imprensa na luta contra a ignorância”. Cardoso mencionava os “benefícios, que a instrução deve[ria] trazer à raça que, quase meio século, sofreu obscurantismo e gemeu ao peso da mais ignominiosa opressão”. (*O Exemplo*, 25/06/1893, p.1). Observa-se que ele remetia a necessidade da instrução às memórias da escravização que teriam resultado no “obscurantismo” e na “opressão” da “raça”. Cardoso se colocava como “descendente dessa raça” cuja missão era “mostrar-lhes o caminho” e despertá-los para a importância da instrução:

É por isso que damos o brado de alarma, [...], despertando os nossos irmãos que se **têm olvidado de mandar ao colégio seus filhos** para receberem a instrução, tão necessária à vida do homem; **desse principio de levantamento intelectual há de forçosamente vir o progresso e a felicidade de nossa raça**, quiçá uma das mais inteligentes do universo! (*O EXEMPLO*, 25 jun. 1893, p. 1).

Inicialmente, observa-se nesse excerto, que para o redator Cardoso era a família negra a responsável pela falta de instrução de seus filhos, que como vimos estava articulado ao discurso médico-higienista da época. Ademais, na narrativa de Cardoso a instrução era representada como salvação, que “forçosamente” levaria ao “progresso e a felicidade” da “raça”. Cardoso enunciaria então o argumento que se tornaria o mote central deste debate, qual seja, que a explicação para “o

<sup>8</sup> De acordo com as notas do jornal *O Exemplo*, Miguel Cardoso era um “amigo e colaborador do jornal” (*O EXEMPLO*, 08 out. 1893, p. 1).

<sup>9</sup> Conforme José Antônio dos Santos, Espiridião Calisto nasceu em 13 de dezembro de 1864, foi presidente do Centro Republicano Júlio de Castilhos e terminou a vida como funcionário da Junta Comercial de Porto Alegre. Também foi representante do Grêmio José do Patrocínio e presidente do Centro Cultural José do Patrocínio, fundado em 1921 (SANTOS, 2011, p. 151).

estado de acabrunhamento” da comunidade negra não era o preconceito de raça, mas a falta de instrução, conforme segue:

De há muito que o estado de acabrunhamento em que vivemos em nosso meio, é tomado como preconceito de raça; e isso, provado com a natureza de fatos evidentes; porém esses mesmos fatos deixam ver claramente que, se existe preconceito, é tão somente pela absoluta falta de instrução na maior parte desse meio (O EXEMPLO, 25 jun. 1893, p. 1).

Cardoso continuou sua argumentação na coluna “Atualidade (II)”, reafirmando a culpa dos pais pela falta de instrução de seus filhos e exemplificando com dados o baixo número de alunos negros na sala de aula das escolas públicas de instrução primária. Assim manifestou-se:

[...], porque muitos pais e mães esquecem o dever que têm de educar seus filhos, sem pensar que assim concorrem para que a ignorância seja mantida ainda muito além de nossa expectativa. Entretanto temos aulas públicas de instrução primária; mas, se visitarmos uma dessas aulas, não encontraremos aí, entre cem frequentadores, vinte meninos de cor; isso prova suficientemente o descuro ou pouca importância que tem a instrução, para a maior parte de nosso meio (O EXEMPLO, 02 jul. 1893, p. 1).

Observa-se, na sua narrativa denunciante, os argumentos do discurso médico-higienista, que associava a falta de cuidados dos pais a falta de instrução de seus filhos e cuja narrativa moralista apresentava como resultado da falta de instrução das crianças, os meninos de rua, representados de forma negativa e pejorativa, “infestando diariamente as ruas e praças, na vida ociosa do vendedor de balas, até que se façam homens, sem educação nem meios de vida honesta; [...] no caminho do vício pelo jogo, disfarçado em divertimento da infância”.

Dando continuidade a sua preleção sobre a pouca importância que a família negra dava a educação de seus filhos, Miguel Cardoso, na coluna Atualidade (III), negava que a falta de instrução da comunidade negra fosse resultante do preconceito de raça, argumentando que “muitos de nossos irmãos eram chamados a ocupar cargos públicos”:

[...] com relação ao que se chama preconceito de raça; preconceito este que muitos dos nossos julgam alusivos aos homens de cor em geral [...] que [...] isso tanto assim não é que muitos de nossos irmãos são chamados a ocupar cargos públicos [...] mostrando assim serem dignos de figurar no grande círculo da igualdade social. Vê, pois, o leitor que para esses não existe o preconceito de raça de que se queixam muitos (O EXEMPLO, 16 jul. 1893, p. 1).

Observa-se que, para Miguel Cardoso, o preconceito de raça não era “alusivo aos homens de cor em geral”, mas somente contra os que não tinham instrução. Cardoso termina sua matéria

afirmando “ter assim provado que a instrução é o único motivo pelo qual eles têm o mérito que lhes é dispensado e de que se torna merecedor todo o homem que se impõe à consideração pública, pelos seus atos, ilustração e isenção de caráter” (*O Exemplo*, 16/07/1893, p. 1). Portanto, para Cardoso a instrução estava associada ao “mérito” de todos aqueles que se esforçavam por merecê-la.

A partir da publicação da terceira coluna de Cardoso, outro redator do jornal, Esperidião Calisto entra no debate sobre o preconceito de raça na instrução. Na coluna intitulada “Pelo Dever”, Calisto analisou os três artigos de Cardoso e assim se manifestou:

Acompanhamos detidamente os judiciosos artigos que sob a rubrica Atualidade, acaba de publicar pelas colunas deste modesto órgão, nosso patrício e amigo Miguel Cardoso. Aplaudindo, com algumas alternativas, os conceitos emitidos nos dois primeiros, por estarem traçados de acordo com o programa que subscrevemos, temos, no entanto, de opor algumas objeções, quanto ao terceiro (O EXEMPLO, 23 jul. 1893, p. 1).

Esperidião Calisto destacou que o preconceito de raça, que tinha por base a cor da pele, era oficialmente instituído e comprometia as aspirações dos negros enquanto “cidadãos brasileiros”. Neste sentido, era o discurso dos direitos dos negros enquanto cidadãos, que era apropriado como argumentação contra o preconceito racial na instrução. Já sobre o argumento de Cardoso “que muitos de nossos irmãos [eram] chamados a ocupar cargos públicos”, e de que [...] “Vultos bem salientes de homens de cor existem em nossa sociedade brasileira, que fazem parte de círculos importantes, quer na vida pública, quer na vida militar, sem distinção dos outros homens”, Calisto contrapõe que:

[...], pois bem sabemos as dificuldades com que lutam nossos iguais para serem devidamente classificados no resultado dos concursos a que se inscrevem, apesar do reconhecido talento que os recomendam e do conhecimento amplo das matérias de que prestam exame. (O EXEMPLO, 23 jul. 1893, p. 1).

Neste excerto, Calisto faz alusão à dificuldade de os negros serem classificados nos concursos públicos e argumenta em favor da existência do preconceito de raça/cor: “Perdoe-me o amigo Miguel Cardoso as amargas considerações [...]; pois são devidas a ser eu um dos tantos que se queixam da existência do preconceito de raça, baseado na cor da cútis”. Calisto mencionava ainda, seu próprio exemplo como aluno na escola primária, para rebater o argumento de Cardoso

de que a falta de instrução das crianças negras era resultado da pouca importância que seus próprios pais davam à instrução. Neste sentido, afirmava que:

[...] freqüentou a aula primaria do 1º distrito desta capital, dirigida pelo então professor público Raphael Antônio de Oliveira; Separava-nos para um quarto escuro contiguo à sala, onde estavam os brancos; e lá recebíamos a instrução correspondente à obumbrada luz diurna que exiguamente nos iluminava. Eis aí estabelecido o preconceito escolar, tendo por base a cor, nos afugentando das aulas públicas! (O EXEMPLO, 23 jul. 1893, p. 1).

Vale lembrar, conforme salienta Silva (2008), que “raça é uma construção social, destituída de fundamentos biológicos” (p. 65). Neste sentido, o autor afirma que a “ideia de raças humanas e as bases sociais do racismo foram historicamente criadas e difundidas, com objetivos políticos bem determinados, mas carecem de fundamento científico” (p. 65). No Brasil, conforme o autor, “a classificação por cor foi utilizada no lugar de raça, mas orientada por esta”. (p. 65). É dentro deste contexto étnico-racial brasileiro, que Calisto denunciava o preconceito de cor existente na escola e que “afugentava das aulas públicas as crianças negras”.

Miguel Cardoso, com o título “Por Coerência” deu continuidade ao debate, negando a ocorrência do preconceito oficial na falta de instrução das crianças negras e atribuindo a responsabilidade ao professor:

[...] esse fato não prova preconceito oficial, porquanto a lei da instrução pública não estatue isso; portanto esse revoltante fato era simplesmente arbitrário do professor, que dotado de supina ignorância do direito social, assim procedia na educação da mocidade; e estou convencido de que jamais o governo consentiria na continuação d’essa cadeira a um homem incapaz de ser investido do alto cargo de propulsor da civilização (O EXEMPLO, 06 ago. 1893, p. 1).

A resposta de Calisto, duas edições depois, na coluna denominada “Ainda pelo dever”, mostrava sua indignação e reafirmava suas denúncias de práticas preconceituosas e abusivas na educação de negros:

O amigo é de uma ingenuidade lamentavelmente pasmosa, quando vem nos dizer que “o fato não prova o preconceito oficial; porquanto a lei da Instrução Pública não estatue isso”. É justamente porque a lei do ensino não exclui os alunos, por serem pretos ou pardos, que devemos combater os abusos que nos afugentam das escolas; abusos que se reproduzem quase diariamente e que meu *jovem* patricio não tem conhecimento, por ser *menino* de ontem. (O EXEMPLO, 20 ago. 1893, p. 1).

Este debate entre os editores Cardoso e Calisto evidenciou posições discursivas em conflito no interior da classe média negra de Porto Alegre. Se por um lado, Cardoso negava o preconceito de cor, por outro lado, Calisto o evidenciava. Se Cardoso atribuía o acobramento da classe à falta de instrução, Calisto atribuía ao preconceito de cor. Duas posições antagônicas, que demonstravam diferentes significados atribuídos à instrução e a falta dela, na comunidade negra gaúcha do final do século XIX.

Em 03/11/1895, outro redator voltava a discutir esta questão, na coluna “A Questão de ensino II”, onde denunciava que os pais incentivavam os filhos a procurarem “qualquer arte” que os habilitassem a ganhar dinheiro, em detrimento de estudarem na escola pública. Para solucionar tal situação, recomendava a escola noturna como alternativa de educação dos pobres. Assim se manifestava:

À primeira vista, parece que realmente a maioria dos nossos chefes de família não pode educar condignamente a todos os filhos, preferindo como melhor, qualquer arte em cuja aprendizagem, sendo os filhos ensinados, “ganham” ao mesmo tempo. [...]. De fato; o ensino nas escolas primarias sempre foi gratuito; terminado esse curso, poderá o estudante, numa sábia divisão de tempo, ocupar-se ao dia em alguma coisa que lhe renda um certo honorário, freqüentando as escolas noturnas, de uma modicidade ao alcance dos mais pobres... (O EXEMPLO, 03 nov. 1895, p. 1).

De acordo com Domingues (2013), “em 1878, o governo do Império realizou uma reforma no sistema de ensino estabelecendo por meio de decreto, que poderiam se matricular nos cursos noturnos todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de quatorze anos” (p. 273).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das narrativas denunciadas no jornal *O Exemplo*, pode-se afirmar que as denúncias de dificuldades de acesso à instrução e de maus tratos às crianças negras na escola pública foram atravessadas por diferentes discursos que circulavam nesta época e que mobilizavam múltiplos argumentos em torno do debate sobre o preconceito de cor na instrução. As narrativas que defenderam que a dificuldade de acesso dos negros à instrução era resultado da falta de instrução da comunidade negra mobilizaram o discurso médico-higienista e também ideias relacionadas às teorias do determinismo racial do final do século XIX, para representar a

comunidade negra de Porto Alegre como portadora de uma série de males, entre eles a ignorância. Neste sentido, esses discursos da imprensa negra não se distanciaram dos relatos da própria imprensa branca da época, cujas representações da comunidade negra eram extremamente negativas. No entanto, apresentavam certa especificidade, quando argumentaram que as dificuldades de acesso à instrução eram resultado do preconceito de cor e recorreram ao discurso da cidadania para combater este preconceito e lutar pelo direito dos negros à instrução.

Observou-se ainda, que estas narrativas acionaram diferentes representações sobre educação/instrução. Entre as representações mais recorrentes sobre a instrução neste contexto, aponta-se a representação da instrução como redentora de todos os males da comunidade negra, referida frequentemente pela metáfora da luz contra a escuridão, que remetia as ideias iluministas de que por meio da razão se solucionariam todos os problemas do presente e se reorganizaria o mundo rumo a um futuro mais promissor.

Por outro lado, a partir do início do século XX, observa-se que as narrativas dos redatores afro-brasileiros enfatizaram a necessidade da institucionalização da educação pública, por meio da construção de uma Escola Noturna, justificada tanto pelo fato dos filhos dos pobres e dos operários trabalharem de dia, como também para elevação intelectual e moral da comunidade negra. Neste sentido, além da instrução ser representada como redentora de todos os males, há também a ideia de que a instrução era responsável pela formação do caráter moral dos cidadãos e que promoveria a elevação moral da comunidade negra. Conforme afirma Maria Lúcia de Arruda Aranha (1989), estas noções parecem remeter ao pensamento pedagógico do século XIX, que defendia os fins sociais da educação, enfatizando a relação entre educação e bem-estar social, progresso e capacidade de transformação (p. 184).

Conforme refere Isabel Silveira dos Santos (2014), em geral, a população negra parece ter aderido ao discurso “salvacionista” da educação, entendendo que por meio da escolarização e do letramento seriam capazes de alcançar a ascensão social e “o levantamento moral da raça”. Quanto à escola, foi representada como local de disciplinamento, capaz de promover o controle da população “atrasada moral e intelectualmente” e como espaço privilegiado para a construção de cidadãos civilizados. Portanto, podemos concluir que, para além da educação formal, o jornal *O*



*Exemplo* produziu e disseminou ensinamentos e múltiplas pedagogias culturais, demonstrando, assim, que são múltiplas as formas de ensinar para além do âmbito da escola.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o Longo caminho*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. In: Biblioteca de filosofia e história das ciências. 5 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. *O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil*. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138. sep./dec. São Paulo, 2013.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH, RS, 2004.

REVEL, Jacques. *Os usos da civilidade*. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 169-211.

SANTOS, José Antônio. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

ZUBARAN, Maria Angélica. SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves. *Interloquções*. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 130-140, jan./abr 2012.